

## CAPÍTULO 3:

# Exigências da contemporaneidade à formação profissional de assistentes sociais em Portugal

Fabília Cristina de Castro Maciel<sup>1</sup>

## Introdução

As crises sanitárias, económica, social e ambiental do contexto da pandemia provocada pela COVID-19 escancararam as fragilidades, incoerências e fraturas do sistema, e convocaram a atenção das autoridades mundiais e das categorias profissionais na condição de agentes ativos para o seu enfrentamento em diversas dimensões e áreas. O Serviço Social, enquanto profissão interventiva perante as expressões da questão social, não pode se furtar a fazer reflexões e trazer contributos.

A Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (AIDSS), uma organização sem fins lucrativos fundada em 1991, com a missão de contribuir com a categoria profissional, tem definido como principais objetivos: a promoção e desenvolvimento do debate científico em Serviço Social; o desenvolvimento das competências dos assistentes sociais; a divulgação do conhecimento produzido na área do serviço social. Com a intencionalidade de colaborar com respostas cada vez mais sintonizadas com as necessidades da população e as requisições do mundo do trabalho neste tempo histórico, a AIDSS propôs à categoria profissional uma pesquisa diagnóstica, a fim de organizar e promover ações de formação continuada.

A investigação foi realizada por meio do Microsoft Forms, entre os meses de novembro de 2020 e maio de 2021, com uma amostra de 400 participantes que responderam ao questionário. Nesse período, o questionário foi disponibilizado pela AIDSS nas redes sociais de amplo alcance, que divulgou e solicitou a colaboração voluntária e esclarecida das/dos possíveis participantes. As questões apresentadas tiveram o propósito de conhecer o perfil das/dos profissionais e a realidade que circunscreve o cotidiano, para apreender sua dinâmica e produzir respostas coletivas ao exercício profissional e às necessidades relacionadas a qualificação da formação.

O questionário continha a maioria das questões objetivas de opção única ou múltiplas (fechadas) e um grupo de perguntas dissertativas (abertas), em que as(os) assistentes sociais expressaram suas percepções e posicionamentos, principalmente quanto intenção relacionada à formação contínua. Composto por cinco secções, os eixos de sistematização e análise das informações, corresponderam: caracterização dos participantes; habilitação literária e experiência profissional; investimento em formação contínua e contextos de trabalho; interesse em participar de formações,

---

<sup>1</sup> São colaboradores deste capítulo Irene Ferreira; Ilda Reis; Paula Pinto e Joaquim Paulo.

preferências em relação à temas, modalidade e horário; e, finalmente, contatos, interesses e autorização das(os) participantes em serem contactados futuramente.

A metodologia de análise das respostas dissertativas procurou identificar categorias que aglutinassem propósitos e características que se aproximam, como ficará explícito nas observações apresentadas, a informar os resultados da pesquisa (Quivy; Campenhoudt, 2005). Por fim, apresentam-se pítas e tendências apoiadas nas evidências que esta investigação proporcionou como contributos à qualificação contínua e ao fortalecimento desta categoria profissional que não foge à luta!

## Requisições profissionais em contextos de crise e as competências ao Serviço Social

Em momentos de exigências incomensuráveis à sociedade em geral<sup>2</sup>, estima-se que as(os) assistentes sociais estejam em linha de frente junto da população, defrontando-se com as diversas manifestações da questão social, sejam elas: o empobrecimento das famílias, o desemprego e subemprego, a violência doméstica, a falta de recursos básicos, inclusive de alimentação digna, o desalojamento das moradias, os conflitos familiares, as crianças e jovens impedidos de frequentarem presencialmente os estabelecimentos escolares, a dificuldade de gestão a casa e da família em teletrabalho, situações de doenças e/ou incapacidades, a dificuldade de acesso aos direitos sociais e serviços, a solidão das pessoas idosas(os) e as dificuldades de acesso aos serviços de apoio social e de saúde.

Diante dos complexos desafios com os quais essa profissão se depara, requer-se a capacidade técnica, operativa, científica, teórica, metodológica, política e ética para a realização de análises profundas da realidade concreta e a capacidade de construir intervenções que venham ao encontro das reais necessidades da população. Dentre outras projeções, esta categoria profissional tem a função de mobilizar o conjunto de recursos e possibilidades disponíveis, principalmente pelo Estado e a sociedade civil organizada (Terceiro Setor), no sentido de intervir diante das situações de vulnerabilidade social e econômica e riscos sociais.

Faz parte constitutiva das atividades de trabalho das(os) assistentes sociais conhecer profundamente a realidade do público e do terreno no qual atua; identificar largamente a rede de serviços para articulá-la, possibilitando a atenção necessária; saber comunicar à população sobre os direitos e deveres, promovendo o acesso aos diversos recursos; realizar atendimentos e apoios individuais e comunitários; desenvolver técnicas e metodologias de trabalho com as famílias; contribuir com a construção de alternativas às vicissitudes e fragilidades dos sujeitos; acolher, escutar e argumentar permanentemente pela cidadania ampla, os direitos humanos e sociais;

---

<sup>2</sup> Como foi a situação experimentada nos tempos da COVID-19, com consequências e desdobramentos que se prolongam aos dias atuais.

saber planejar e gerir projetos, programas e serviços sociais; assessorar entidades, organizações e movimentos sociais em estudos e diagnósticos sociais; exercer a função educativa com vistas à emancipação humana. Estas atribuições e competências são expressas no conjunto das investigações académicas e documentos elaborados pelas(os) assistentes sociais ao longo das oito décadas de existência da profissão em Portugal, como se apresentam também no Código Deontológico dos assistentes sociais de Portugal.

Portanto, é imprescindível a constante reflexão sobre as potencialidades desta categoria profissional, bem como a problematização quanto aos aspectos em que as(os) profissionais devem ter maior atenção no cotidiano do exercício profissional. Por um lado, alargar o conhecimento sobre a capacidade de análise da realidade concreta e desvelar as implicações sanitárias, económicas e sociais sobre a vida das mulheres, homens, crianças jovens e idosos opera no sentido de sair da aparência dos problemas e procurar a essência que resulta nos fenómenos experimentados pela população. Por outro lado, aprimorar e ampliar o repertório de ferramentas, técnicas, instrumentos de intervenção e de gestão das políticas e serviços, visa contribuir com compromissos e atitudes profissionais cada vez mais articuladas e eficazes ao enfrentamento das manifestações da questão social e às requisições dos espaços de trabalho das(os) profissionais do Serviço Social.

A profissão de Serviço Social ocupa uma *função social e educativa* diante do movimento da sociedade globalizada e do capital transnacional mundializado, nas suas dimensões interventiva e investigativa. Sob as configurações distintas de “Estado Social”, a considerar os tempos históricos, as localizações geográficas, e as condições económicas e socioculturais, as(os) assistentes sociais atuam em sistemas de proteção social e garantias de direitos, que se constituem para responder às necessidades da população, mas também se salienta sob os interesses e imposições do capital.

No contexto em que as crises sistemáticas de acumulação do capital criam distintas e mais complexas manifestações da Questão Social, em que o Estado assume a configuração Neoliberal, as(os) assistentes sociais são desafiadas(os) a ampliar e qualificar a sua formação para se posicionarem na contradição entre saber acolher as requisições institucionais e, igualmente, as necessidades da população beneficiária dos serviços. Apoiadas(os) nos princípios legais de proteção e garantias de direitos, no Código Deontológico da profissão e, ainda, na possibilidade de ampliação da qualidade de vida das cidadãs e cidadãos, almeja-se um horizonte mais equânime e uma sociabilidade livre de opressões, violências e injustiças.

O Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal, aprovado em Assembleia Geral da Associação dos Profissionais do Serviço Social em 25 de outubro de 2018, define que:

O Serviço Social é uma disciplina e uma profissão de expressão mundial que se rege por padrões teórico-metodológicas, éticos e políticos, que se compromete com o aprofundamento e promoção dos valores e princípios inscritos também na definição global do Serviço Social (Associação dos Profissionais do Serviço Social, 2018, p. 5).

Nesse sentido, a relevância de se articular a formação ao exercício profissional, considerando os valores e princípios definidos pelo conjunto da categoria no Código que estabelece a

direção para a atuação das(os) assistentes sociais, circunscreve um movimento histórico, cujas competências e habilidades profissionais são construídas para dar respostas às requisições do mundo do trabalho, mas não somente. Também envolve a capacidade crítica destas/es profissionais em identificar as incongruências e injustiças do sistema capitalista presente, reafirmando o lugar da categoria em defesa da classe trabalhadora.

## Da caracterização das(os) participantes às contribuições para a construção de percursos formativos

Realizaram-se as apreciações e problematizações dos dados de cada seção do questionário conforme apontado na introdução, bem como procurou-se correlacionar algumas respostas com a finalidade de aprofundar as análises das informações para sustentar as considerações finais. Apresentar-se-á uma breve síntese, por motivos de limites de formatação do texto: a primeira seção reuniu aspetos que contribuem para uma ligeira identificação quanto ao gênero, idade, estado civil, local de residência das(os) assistentes sociais que se dispuseram a participar da pesquisa. Em seguida, analisaram-se as habilitações literárias e aspectos das experiências profissionais; na sequência, procurou-se compreender o investimento que vem sendo feito por profissionais de Serviço Social em formação contínua, considerando os contextos de trabalho. E, por fim, pretendeu-se identificar o interesse em participar de formações, preferências em relação à temas, modalidades formativas e horários. Nesta direção, foi disponibilizado espaço para as(os) interessada(os) deixarem os contatos, e a autorização das(os) participantes em serem contactados futuramente. Ressalta-se que foram garantidas a confidencialidade e o anonimato relativamente a todas as informações confiadas pelas(os) participantes desta pesquisa, seguindo os pressupostos éticos de investigação e da categoria profissional.

### Caraterização das(os) participantes

A não se opor à própria história da formação, que em sua gênese em Portugal era designadamente destinada às mulheres (e casadas), permanece uma profissionalização em Serviço Social prioritariamente feminina, perfazendo o total de 93% das respondentes (399), sendo apenas 7% do total do sexo masculino, com a concentração de profissionais na faixa dos 30 aos 49 anos (67%). Esta amostra informa um perfil particular desta categoria, que associa as especificidades do gênero feminino, cujas atribuições construídas por uma sociedade patriarcal somam-se às condições objetivas da realidade contemporânea, a impor jornadas duplas ou triplas de trabalho. Tal fato se agravou com a pandemia, por um lado, pelo motivo de vários postos de trabalho migrarem para as

residências (*home-office*), o que agudizou e sobrepôs as tarefas domésticas e profissionais; por outro, nas situações que não foi possível o trabalho a partir da casa, adicionou-se, por vezes, a dificuldade de garantir o aparato de proteção, principalmente às crianças e aos idosos que não podiam estar nos equipamentos sociais em função do isolamento social.

## Habilitação literária e experiência profissional

Entre as(os) participantes, 59% das(os) profissionais possuem a graduação em Serviço Social; 22% fizeram alguma pós-graduação; 18% possuem mestrado; e 1% doutorado. Quando relacionam-se os dados idade (acima de 30 anos — 83%), com as habilitações literárias (59% licenciatura<sup>3</sup>), abstraem-se algumas hipóteses: grande parte das(os) profissionais de Serviço Social não teve oportunidade imediata de seguir os estudos após a graduação, ou seja, condições objetivas e materiais, como recursos financeiros para dar continuidade aos estudos em função dos valores das propinas<sup>4</sup>; nem teve condições subjetivas, como, por exemplo, as exigências quanto às questões de gênero, cuidados com os filhos e familiares etc.; ou não se interessaram em dar continuidade aos estudos na área. O que contraria as indicações do Acordo de Bolonha, no sentido de estabelecer um plano de formação continuada em três ciclos (licenciatura, mestrado e doutoramento), que corresponderia, em média, ao total de 10 anos de estudos no ensino superior.

Do total de 341 respondentes, 44% trabalham no setor público; 48% no privado sem fins lucrativos, e apenas 8% no setor privado com fins lucrativos. Ou seja, esses dados nos permitem depreender que o Estado Português vem delegando a responsabilidade da oferta de serviços sociais ao setor privado não lucrativo. A retirada do Estado na prestação social de serviços e garantias de direitos associa-se ao modelo de proteção que se configura na lógica neoliberal a partir dos anos de 1980, por meio de iniciativas dos governos da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, e se agravou com as imposições da União Europeia, por meio da Troica, já na segunda década dos anos 2000, recrudescendo as expressões da Questão Social portuguesa.

O exame quanto ao *tempo que trabalham nas entidades*, as(os) 342 participantes demonstram certa regularidade na permanência em uma mesma instituição, a saber: 29% têm mais de 15 anos na instituição; de 11 a 15 anos segue com 19%; ou seja, acima de 10 anos completos de trabalho na mesma instituição, observa-se 48% das(os) trabalhadoras(es). O percentual para aquelas(es) que têm entre 6 e 10 anos é de 9%; depois, tem-se 26% entre 1 e 5 anos; e, por fim, menos de 1 ano de trabalho fica em 17%. Das(os) respondentes que indicaram *outra* situação laboral (18 respostas apresentadas), constatou-se duas situações de estágio; duas reformadas; onze casos em que não se aplica e três situações enquadrariam acima de 15 anos. Em suma, as permanências nas entidades empregadoras

<sup>3</sup> Em Portugal a formação no Ensino Superior em Serviço Social define como Licenciatura, o que se diferencia do Brasil, bacharelado.

<sup>4</sup> Em Portugal, mesmo nas instituições públicas a cobrança de mensalidades aos estudantes.

sugerem uma certa estabilidade da categoria no campo profissional, seja nas atividades do setor público ou privado sem fins lucrativos, com mais ofertas de trabalho neste último setor.

## Investimento em formação contínua e contextos de trabalho

Procurou-se identificar o valor atribuído pelas(os) assistentes sociais ao investimento em formação continuada, bem como as preferências em relação à modalidade e horários para a formação, de acordo com as disponibilidades das(os) profissionais. Ficou evidente a importância assumida pelas(os) 399 respondentes sobre a necessidade de *melhor o desempenho* tendo em vista a formação (91%) e, apenas 9% informou que não sente tal necessidade.

A fim de compreender com mais profundidade as preferências em relação a formação, 363 pessoas responderam o *Porquê* entendem ser importante *melhorar o desempenho*. Aqui, destaca-se um conjunto de conteúdos aglutinados por aproximarem, na sequência de registros de maior prevalência para menor, contemplando as diversas manifestações das(os) profissionais, conforme exemplos apresentados, a saber: a) **necessidade de conhecimento e aprendizagem** - “A formação é contínua, complementa a prática profissional, permitindo alargar o conhecimento a outras temáticas ou incentivar à especialização; b) **importância de atualização em conteúdos, metodologias e ferramentas** - “Atualizar teoria, práticas de intervenção inovadoras”; c) **“reciclagem” da aprendizagem e inovação** - “Necessidade de acompanhar o que de novo se faz em Serviço Social”; d) **atenção as alterações/mudanças e novos desafios do contexto social** - “A realidade social sofre alterações rápidas e as exigências das famílias e comunidades também, pelo que considero fundamental a melhoria contínua da intervenção em prol da causa pública e da prestação de serviço público de excelência”; e) **valorização e reconhecimento profissional e pessoal** - “Reconhecimento pessoal”; “Valorização pessoal”; f) **ampliar autonomia profissional** - “Ter mais autonomia, mais formação”; g) **necessidade de supervisão**.

Conforme pode-se observar nos relatos, as(os) respondentes afirmam que a formação continuada é imprescindível à boa prática profissional, seja pela dinâmica da realidade social e suas exigências em relação ao mundo do trabalho, seja pela inevitável necessidade de construir novas respostas sociais frente a essas mudanças. Para além de perceberem e indicarem que é necessária a atualização e “reciclagem” em relação aos conteúdos, metodologias, ferramentas e novas práticas, as(os) assistentes sociais também apontaram a importância de compreender melhor as mudanças que ocorrem no tecido social e nas relações sociais, as quais geram as mais diversificadas formas e expressões da Questão Social.

Ao relacionarmos os posicionamentos referentes à necessidade de *melhorar o desempenho* com o *ano de término de formação* (como demonstrado, acima de 10 anos somam 56%) e o *tempo que trabalha* na entidade (acima de 10 anos perfazem 48%), pode-se inferir que a categoria tem elevada preocupação em ampliar os conhecimentos e habilidades profissionais, buscando manter o bom

desempenho em seus espaços de trabalho para atuar com competências aprimoradas. Neste sentido, entende-se que a dimensão ética e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados cumprem um papel fundamental nas relações de trabalho das(os) assistentes sociais. Tal inferência é confirmada quando, entre as(os) 399 respondentes, 50% investem frequentemente em formação continuada e 43% às vezes investem; em detrimento de 6% que raramente investe e 1% que nunca. Sendo que estiveram envolvidas com a formação no último ano 70% do total das respostas válidas e 30% não participaram de nenhuma formação neste período.

As atividades ou cursos realizados nessas formações foram especificadas por 278 pessoas, com uma variedade significativa de informações agrupadas por semelhança. Elencaram-se as situações que mais se repetem até as que menos aparecem nas respostas, citando diversos temas de formação, com exemplos: **a)** Trabalho com famílias (mediação, gestão de conflito, terapias, competências parentais etc.); **b)** Gênero, violência e violação de direitos (apoio às vítimas de diversos ciclos de vida; contra migrantes etc.); **c)** Qualificação em elaboração de Projetos Sociais, metodologias, instrumentais técnicos e instrumentalização para a intervenção (elaboração de relatórios sociais; entrevistas; ferramentas da qualidade etc.); **d)** Gestão de organizações (no âmbito da direção técnica e executiva de organizações de economia social e de recursos humanos); **e)** Intervenção em situação de crise e emergência (gestão de estresse; elaboração de planos de contingência etc.); **f)** Atenção à pessoa idosa/Gerontologia (elaboração de planos de Intervenção e formação em avaliação gerontológica; “Doula de fim de vida” etc.); **g)** Proteção da infância e juventude (área de proteção e garantias de direitos de crianças e jovens etc.); **h)** Políticas Sociais/Direitos Sociais e Humanos (assistência social, saúde, saúde mental, educação; doentes oncológicos; saúde pública internacional; formação de formadores; direitos humanos etc.); **i)** Mediação escolar (de conflitos); **j)** Literacia digital/línguas (em plataformas como ASIP, Excel; língua gestual; inglês etc.); **k)** Empreendedorismo; **l)** Ética e deontologia; **m)** Inteligência emocional; **n)** Intervenções terapêuticas (“Mindfulness”; “Coaching”).

Percebe-se que há uma tendência das(os) profissionais procurarem qualificações que venham responder tanto aos novos desafios do mundo do trabalho na contemporaneidade quanto às possíveis lacunas e inconsistências da formação de base. No entanto, conforme analisado, apenas 22% realizaram cursos de pós-graduação/especialização; mestrado 18%; e 1% doutorado. Considerando, por exemplo, as informações sobre a *duração da última formação*, em que 399 respondentes, afirmam ter realizado: menos de 7 horas (17%); de 8 a 14 horas (21%); entre 15 e 25 horas (19%); de 26 a 50 horas (14%); 51 a 100 horas (13%); e mais de 100 horas de formação o percentual de (16%). Esses dados mostram que a maioria das(os) profissionais pretende realizar formações, entretanto, buscam cursos mais específicos e com conteúdos que venham ao encontro de suas necessidades pragmáticas/práticas de intervenção, com tempos de duração menos extensos do que o mestrado e o doutoramento.

Nessa direção, exige-se uma reflexão quanto à formação continuada, com atenção permanente da categoria às requisições do mundo do trabalho, sem perder de vista o objeto da profissão,



que são as expressões da Questão Social. Como já apresentado e detectado, na sociedade contemporânea observam-se inúmeras e diversificadas situações de violação da cidadania e da dignidade dos seres humanos; ausência de políticas amplas de proteção social a população menos favorecida social e economicamente; e fragilidade no apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade, seja pela idade (infância, juventude, velhice) ou por deficiências e incapacidades físicas ou mentais. Sendo assim, abre-se um leque de possibilidades para aprofundamentos teóricos e práticos (*práxis*), que exigem das(os) assistentes sociais conhecimento, habilidades e atitudes que resultem em competências, desde a gestão de serviços e projetos até as atividades cotidianas no terreno, que envolvem: capacidade crítica de leitura da realidade; criatividade; atitudes inovadoras; estratégias de comunicação e divulgação sobre seu trabalho; trabalho coletivo e em equipes; escuta comprometida e sem julgamentos; desenvolvimentos de potenciais comunitários; ação educativa; defesa dos princípios do código deontológico, entre outras.

## Interesse em participar de formações e preferências em relação à temas, modalidade e horário

Considerando que a grande maioria deste universo pesquisado é composta por mulheres empregadas, com atribuições familiares adicionais, e os valores das propinas dos cursos de mestrado e doutoramento, é presumível que o tempo disponível para atividades de qualificação seja reduzido e que os valores das propinas devam ser acessíveis. Assim, as(os) 399 respostas confirmam a importância de se projetar cursos com *carga horária de formação* preferencial de até 25h (26%); e até 50h (27%). As demais opções de carga horária ficaram pulverizadas da seguinte maneira: até 14h (11%); até 100h (11%); mais de 100h (8%); até 4h (7%); e até 7h (10%). Acresce-se a essa constatação a relevância de definir a *modalidade da formação*, conforma as 399 manifestações das(os) participantes. Ou seja, 46% optariam por cursos *E-learning*; 36% escolheriam a formação mista e 18% prefeririam o formato presencial.

A área geral de intervenção em que os 399 participantes se encontram inseridos são apontadas principalmente nos seguintes campos: Envelhecimento (22%); Saúde (18%); Educação (13%). A opção “outra” aparece 12% das(os) respondentes. Seguem-se a área de Deficiência e Inclusão (9%); Infância e Juventude (7%); Segurança Social, Apoio Familiar e Aconselhamento, com os mesmos números (4%); Comportamento Aditivo (3%); seguido das áreas de Justiça Penal/Reclusão, Habitação Social e Violência doméstica, em igual percentagem (2%) cada; Emprego e formação, Sem Abrigo, Igualdade e Justiça Social, Imigrantes e Refugiados, (1%) cada. Depreende-se desses dados que os três espaços sócio-ocupacionais que mais vêm absorvendo o trabalho das(os) assistentes sociais têm sido o Envelhecimento, Saúde e Educação (53%).



Na verificação, por meio do Pordata<sup>5</sup> (2011), do último Censo disponível sobre a população portuguesa, ao se apreender a informação sobre a população residente segundo os censos — total e por grandes grupos etários —, tem-se um nítido aumento do número de pessoas idosas e uma queda na natalidade ao longo das décadas. É relevante tal observação, uma vez que conduz pelo menos duas hipóteses complementares: a maior atenção e proteção à velhice conduzem ao aumento da longevidade; e o envelhecimento populacional requisita maior apoio do Estado e da sociedade civil organizada. Ambas as afirmações levam à consideração de que há mais campos de trabalho para as(os) assistentes sociais nessas áreas de atuação. Ou seja, somados os cuidados com a saúde, ao apoio no e para o envelhecimento, coadunam com a maior área de empregabilidade da profissão.

É relevante a atenção que deve ser atribuída às áreas de Educação e Infância e Juventude, que, agregadas, formam o percentual de 20% da área de intervenção. A profissão de Serviço Social ocupa-se de uma *função social educativa*, em que são estabelecidas diversas metodologias, ferramentas e técnicas no sentido de viabilizar condições que favoreçam o desenvolvimento e as potencialidades do *Ser Social*. Assim, poder-se afirmar que a ação dessa categoria profissional, em sua função social educativa, abrange o universo dos espaços de trabalho. Isto é, as intervenções no campo social junto às populações devem ser valorizadas e apreendidas no sentido de ampliar a capacidade das cidadãs e dos cidadãos em refletirem sobre sua realidade e contribuir para a construção de alternativas que alterem positivamente suas experiências individuais, mas, principalmente, as coletivas.

Como apresentado em percentuais, há uma gama extensa de áreas de atuação do Serviço social, a compreender a defesa e ampliação de direitos; o apoio e proteção a situações de vulnerabilidade e riscos nos diversos ciclos etários; e também a imprescindível atenção às famílias. Assim, justifica-se o fortalecimento dos conhecimentos quanto às atribuições e competências profissionais, tal como previsto no Código Deontológico do Serviço Social (2018, p. 6) que registra: “Assistente Social é um profissional da intervenção social com uma prática inter e transdisciplinar, que atua com e para as pessoas, numa lógica de cooperação”. A perfazer as áreas políticas, relacionais, psicossociais, assistenciais, técnico-operacionais e reflexivas.

Ressalta-se a interconexão entre os variados campos de intervenção profissional, cujas especialidades acabam por revelar com maior primor os espaços em que se encontram as(os) assistentes sociais atuam e onde se exige maior foco de investimento para a qualificação (Conselho Federal de Serviço Social, 2009). Ao identificar a área **específica** de atuação das(os) profissionais, as respostas tangenciaram tanto a política, o local de atuação e a atividade desenvolvida quanto ao público atendido. Portanto, o exercício de categorização tornou-se complexo, pois há respostas que contemplam mais de uma das características supracitadas, mas procurou-se agrupá-las de forma a contemplar as principais especificidades, a saber: **a) Política:** Ação social (Comunitária, Municipal); Educação; Saúde e Saúde mental; Habitacional; Segurança Social; **b) Local de atuação:** Agrupamento de Escolas; Autarquias; Gabinete do Intervenção Social; Pré-escolar e 1º ciclo;

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.pordata.pt/pt>.

Ação Social no Ensino Superior; Centro Comunitário; Centro de Dia e SAD; Centro de Formação para adultos; Lar de Idosos; IPSS; Hospitais; Rendimento Social de Inserção (RSI); **c) Atividade desenvolvida:** acolhimento (residencial); coordenação de Projetos; apoios sociais (familiares, domiciliários, as pensões, a imigrantes; psicossocial); capacitação parental; cuidados (saúde; primários, geriátricos, continuados, diferenciados, paliativos); direção técnica e acompanhamento ação social a famílias; intervenção social a nível familiar e comunitário; gestão de pessoas e equipas; medidas de promoção; planeamento estratégico; processos de promoção e proteção judiciais; pro promoção do desenvolvimento de áreas de intervenção social, educativa, económico e urbanística nos níveis municipais e intermunicipais; promoção e gestão da execução de projetos, ações e candidaturas a programas de financiamento; reabilitação; reinserção social; gestão habitacional; humanidade; voluntariado; **d) Público atendido/ situação de vulnerabilidade e risco:** adição e comportamentos concomitantes; alcoolismo; famílias; infância e juventude; pessoa portadora de deficiência, deficiência mental, demência; envelhecimento, idosos, terceira idade; desempregados; mulheres (vítimas de violência); perturbação do espectro do autismo.

A acrescentar às temáticas referentes ao interesse na *formação preferencial e/ou de maior necessidade que gostariam de realizar*, revela-se a importância do aprofundamento na formação direcionada, na sequência de primazias, aos seguintes eixos aglutinados:

**a) Modelos, Métodos e Técnicas de Intervenção em Serviço Social e Instrumentos de Avaliação Diagnóstica:** pode ser definido como um eixo que venha a subsidiar a intervenção profissional diante das mudanças no quotidiano das mulheres, homens, jovens, idosos(os) e crianças, frente às exigências do modo de organização desta sociedade e, conseqüentemente, das necessidades de aperfeiçoamento requisitadas do mundo do trabalho. A instrumentalidade e os instrumentos do Serviço Social são construções e patrimônios da categoria profissional, que acompanham a alterações sociais da vida (Sousa, 2008);

**b) Apoio familiar – Mediação Familiar e Terapia Familiar:** as substanciais mudanças ocorridas nas famílias aos longos dos anos, reconhecendo-se as distintas composições e formas vividas, faz com que a categoria reflita e problematize o conservadorismo que sustentou a intervenção profissional desde o seu surgimento, conforme apontado pelas autoras do Serviço Social português. Isto é, já não são compatíveis com a ética profissional posturas que julguem um único modelo (família tradicional) como o aceitável para a implementação de políticas públicas e sociais, bem como se refutam constrangimentos de controle e vigilância nas intervenções da categoria. Portanto, é inevitável a necessidade de alargar o conhecimento quanto a essa construção social que se aporta na temporalidade, expressando os diversos tipos e arranjos familiares; as diferentes configurações de “chefias de família”; as inúmeras formas de viver em família; e compreendendo as condições objetivas e subjetivas de reprodução da vida social. Assim também, novas metodologias, instrumentos e ferramentas de trabalho com e para as famílias vêm sendo desenhados, apropriados e instituídos, no sentido de apoiar e ampliar a inclusão social; acolher a diversidade de gênero e orientação se-

xual; combater a violência no contexto familiar; além enfrentar as negligências do poder público junto às famílias (Jesus; Rosa; Prazeres, 2004);

*c) O eixo **Elaboração e Coordenação de Projetos Sociais; Elaboração e Desenvolvimento de Planos de Intervenção Social Estratégicos; Gestão de Respostas Sociais; Gestão de Equipes e Liderança:** a formação do 1º Ciclo (licenciatura) em Serviço Social nem sempre contempla os aspectos referentes à gestão e suas diversas nuances, seja de processos de trabalho, de recursos humanos ou de equipes. No entanto, esta é uma área de atuação cada vez mais presente no cotidiano das(os) assistentes sociais e, para tanto, é imprescindível a apropriação de ferramentas e metodologias que facilitem e instrumentalizem a atuação daquelas/es que são chamadas(os) aos desafios nesta área.*

*d) **Fatores de Risco Psicossocial e Intervenção nos contextos e Trabalho em Equipe Multidisciplinar:** a complexidade da realidade social na contemporaneidade exige que a formação profissional no Serviço Social compreenda, além das dimensões históricas, econômicas, culturais e políticas da sociedade, a dimensão da vida social e dos desafios quotidianos, seja no campo material (objetivo, das vulnerabilidades e dos riscos) ou no campo subjetivo (psicossocial, interrelacional). Neste esteio, situa-se a importância do trabalho das equipes multidisciplinares/multiprofissionais nas diversas áreas de intervenção profissional, por entender que os aspectos que envolvem os problemas sociais e os processos de intervenção requerem a apreensão e o desenvolvimento de conteúdos, habilidades, competências e capacidades instrumentais, reflexivas, críticas e afetivas para enfrentar os desafios estruturais e conjunturais impostos ao exercício profissional.*

*e) **Supervisão e Ética e Deontologia:** a supervisão profissional é uma prática que se estende a diversas formações e cumpre uma função imperativa de subsidiar e amparar, com experiência e expertise, a atuação de colegas de profissão que sentem a necessidade de dialogar e construir respostas cada vez mais qualificadas em suas áreas de trabalho. Nesse sentido, a interface com a ética e a deontologia é incontornável, uma vez que se busca o aprimoramento do exercício profissional e o compromisso com os princípios e diretrizes previstos pelo coletivo da categoria, materializado no Código Deontológico da profissão (Associação dos Profissionais do Serviço Social, 2018).*

*f) **Políticas Sociais e Igualdade e Direitos Humanos:** neste eixo, é imprescindível algumas observações, uma vez que é nas políticas sociais (setores públicos e privados sem fins lucrativos) que se encontra a maior parcela das(os) profissionais empregadas(os). Como elemento-chave na intervenção das(os) assistentes sociais, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 como uma referência no alargamento do debate e na defesa de garantias de direitos nos parâmetros liberais. O processo de modernização das sociedades pós-Revolução Industrial desafiou os Estados a reorganizarem as suas configurações, por meio principalmente das ideias liberais do individualismo, igualdade, liberdade, propriedade e democracia (Iasi, 2012). Como apresenta Simionatto,*

A transição entre os séculos XVIII e XIX é marcada pela constituição do Estado burguês, com mudanças significativas nas esferas econômica, política, social e cultural. A hegemonia burguesa no campo das ideias favoreceu as condições necessárias para o rompimento definitivo com o feudalismo e o surgimento de um novo modo de produção — o modo de produção capitalista (Simionatto, 2009, p. 3).

No contexto do sistema capitalista, alterações profundas aconteceram nas relações sociais, em que as(os) trabalhadoras/es passaram a vender sua força de trabalho em troca de um equivalente geral, ou seja, um salário em forma de dinheiro. Nem sempre tais honorários garantem as condições objetivas/materiais de vida dos cidadãos; além de ser evidente a ausência de postos de trabalho para toda a população. Nesta direção, é inevitável ao Estado instituir os sistemas de proteção social de cada país, materializados por meio das políticas sociais, com abrangência e escopos diferenciados.

**g) Comunicação e Gestão de Conflitos no local de trabalho e Comunicação/Estratégia e Marketing Social:** as temáticas em questão neste item são parcamente exploradas pela categoria e ainda não possuem muitas produções acadêmicas e pesquisas. Ainda assim, há um investimento muito significativo de assistentes sociais no sentido de apreender e sistematizar as possíveis políticas e processos de comunicação nas Instituições e na categoria. A comunicação e as formas de expressão das(os) assistentes sociais, interna e externamente, contribuem para a construção da identidade da profissão e para a visibilidade de seu trabalho. Conforme aponta Abreu (Abreu; Cardoso, 2009), faz-se apreender as questões referentes à linguagem, seja escrita e audiovisual, seja pela mídia e outros meios de comunicação, de forma a impulsionar a consciência crítica da população e a desencadear atitudes coletivas que se contraponham à cultura social opressora e violenta. Ou seja, neste eixo, há um campo profícuo de formação e atuação a ser explorado pela categoria profissional.

**h) Economia Social e Empreendedorismo:** à categoria profissional cabe realizar um debate profundo e consistente sobre a importância de sua inserção e protagonismo nesta área, tendo o discernimento das tendências de adaptabilidades exigidas pela lógica liberal, amparadas por reformas nas legislações trabalhistas que flexibilizam direitos das(os) trabalhadoras(es) e intensificam o trabalho (Antunes, 2020). Ou seja, no contexto da discussão sobre a configuração do Estado neoliberal e as políticas sociais, aponta-se para a retirada do Estado das garantias de proteção social e da implementação de respostas às situações de desigualdade, risco social e pobreza, induzindo a ampliação das intervenções do setor privado (lucrativo e não lucrativo) para a satisfação das necessidades sociais. Por um lado, a partir dos anos 1990, houve uma intensificação de criação de entidades de terceiro setor sem fins lucrativos para o provimento de serviços sociais nas diversas áreas; por outro, o setor privado lucrativo encontrou novos espaços nas privatizações de empresas estatais e na mercantilização de campos anteriormente conferidos como garantias de cidadania, como educação e saúde, dentre outros. Neste sentido, Iamamoto chama a nossa atenção para o cuidado relevante, a saber:

O bem-estar social tende a ser transferido ao foro privado dos indivíduos e famílias, dependente do trabalho voluntário ou dos rendimentos familiares dos diferentes segmentos sociais na aquisição de bens e serviços mercantis, restando ao Estado, preferencialmente, a responsabilidade no alívio da pobreza extrema (Iamamoto, 2009, p. 404).

Quer dizer, a área de intervenção da *Economia Social e do Empreendedorismo* é um possível (e questionável por muitos) espaço de trabalho para as(os) assistentes sociais. Entretanto, deve-se atuar com o devido compromisso e responsabilidade na defesa dos direitos humanos e sociais, das

garantias protetivas da classe trabalhadora e dos princípios previstos no Código Deontológico do Serviço Social (Associação dos Profissionais do Serviço Social, 2018). Ações inovadoras e viabilizadoras de melhores condições de vida e apoio às comunidades, famílias e indivíduos representam um desafio deste eixo.

## Considerações finais

O estudo abarcou um universo de 400 profissionais de Serviço Social, com 399 respostas válidas, que se dispuseram a responder um total de 39 questões do Inquérito *Diagnóstico sobre as necessidades de formação dos assistentes sociais em Portugal*. O propósito de conhecer o contexto laboral e formativo da categoria a partir das(os) participantes teve a intencionalidade de identificar não somente as percepções sobre as ausências formativas, mas também as aspirações relacionadas à formação continuada e à qualificação especializada nas diversas áreas de intervenção desta profissão. A realidade concreta está sempre em movimento, e sua complexidade torna incontornável a construção de respostas profissionais atentas a essa dinâmica.

A investigação amostral possibilitou caracterizar as principais áreas que requisitam a força de trabalho das(os) assistentes sociais e os mais relevantes interesses das(os) participantes em ampliar suas qualificações e conhecimentos no que circunscreve: aos espaços sócio-ocupacionais; aos públicos e às situações que exigem intervenções sociais; as metodologias, instrumentalidade e ferramentas para atuação. A amostra permitiu, ainda, concluir sobre a relevância da construção de um projeto de qualificação permanente para as(os) assistentes sociais no território nacional português.

Nota-se que a maioria das(os) participantes desta pesquisa está engajada(o) em postos de trabalho e que a formação circunscreve à licenciatura. Assim, pode-se inferir que o elevado interesse apresentado em alargar os conhecimentos se relaciona com as requisições do diversificado campo profissional em que estão inseridas(os) as(os) assistentes sociais. Portanto, as diversas indicações de temáticas para capacitação continuada corroboram com *pistas e tendências*, seja pelo fomento das exigências específicas e rotineiras do mercado de trabalho, seja pelas situações decorrentes de emergências e calamidades, próprias do modo de organização da sociedade capitalista. Observa-se, por um lado, a intencionalidade desta categoria em construir *novas respostas* para *velhos problemas*, que se intensificam em períodos de agravamento das crises econômicas. Por outro lado, num contexto inusitado da pandemia de COVID-19, também foram identificados *novos desafios* sob *diversas configurações* (impactos do isolamento social, consequências de ampliação a literacia digital, as questões à violência etc.) e, também foram potencializados alguns tantos *dilemas* (como a pobreza, a fome, a falta de abrigo dentre outros) já experimentados pela sociedade contemporânea.

O propósito desta pesquisa, cuja amostra permitiu fazer indicações no sentido da atualização e do adensamento da massa crítica, das competências e habilidades profissionais, levou à conclusão sobre a importância, a legitimidade e a viabilidade da formação continuada. Um projeto

de natureza formativa contribui para o alargamento dos conhecimentos e a instrumentalização do exercício profissional em relação às dimensões teórica; metodológica e instrumental; jurídica e legal; cultural e linguística, fortalecendo o compromisso das entidades da categoria na sustentação da *práxis* profissional e na colaboração com a sedimentação do seu patrimônio intelectual.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. *In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: [s.n.], 2009.

ANTUNES, R. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL. **Código Deontológico dos Assistentes Sociais**. 1. ed. Lisboa: APSS, 2018. Disponível em: <https://www.eas.pt/wp-content/uploads/2018/12/C%C3%B3digo-Deontol%C3%B3gico-dos-Assistentes-Sociais-C%C3%B3pia-1.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CARVALHO, M. I.; PINTO, C. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. **Serviço Social e Sociedade**, n. 121, p. 66–94, 2015. DOI: 10.1590/0101-6628.014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n121/0101-6628-ssoc-n121-0066.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.

IASI, M. L. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

JESUS, C. S.; ROSA, K. T.; PRAZERES, G. G. S. Metodologias de atendimento à família: o fazer do assistente social. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 61-70, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/download/1618/1059>. Acesso em: 25 jun. 2024.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAMOS, R.; SOUZA, B. V.; MONTEIRO, N. G. **História de Portugal**. 8. ed. Lisboa: A espera dos livros, 2015.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teóricopolítica. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CEFSS/ ABEPSS, 2009. p. 1-23.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S7oXHK8137.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.